

86

ARTIGO

ARQUEOLOGIA
E ETNO-HISTÓRIA
NA TERRA INDÍGENA
LALIMA,
MIRANDA/MS

Eduardo Bespalez¹

1- Doutorando em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), professor do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia (DARQ/UNIR)

Eduardo Bespalez

RESUMO:

Desde a primeira vez em que demonstrei meu interesse em pesquisar arqueologia na Terra Indígena Lalima aos índios que a ocupam, muitos identificaram pesquisa arqueológica com etno-história e territorialidade. Um deles, Manoel de Souza Neto, escolhido pelas lideranças indígenas para auxiliar as atividades de pesquisa, logo se mostrou um profundo conhecedor da paisagem cultural e do território tradicional. Além das taperas ou ruínas das antigas moradias, o Manoel também pôs ênfase numa rede de lugares dispostos na paisagem, tais como marcos territoriais, recursos naturais e locais cheios de significados culturais, situados dentro e fora dos limites territoriais registrados pela FUNAI. Assim, este artigo tem o objetivo de apresentar os resultados iniciais de um estudo etnoarqueológico destes lugares significativos.

PALAVRAS-CHAVE: arqueologia, etnoarqueologia, etno-história, história indígena, Terra Indígena Lalima/Miranda/MS.

ABSTRACT:

Since the first time that I showed my interest in researching archeology in the Lalima Indigenous Land to the Indians occupying it, many identified archaeological research with ethno-history and territoriality. One, Manoel de Souza Neto, chosen by indigenous leaders to assist research activities, soon showed a deep knowledge of the cultural landscape and the traditional territory. Besides the Taperas or ruins of ancient villages, Manoel also put emphasis on a network of places arranged in the landscape, such as territorial landmarks, natural resources and places full of cultural meanings, located inside and outside the territorial limits recorded by FUNAI. Thus, this paper aims to present the initial results of an ethnoarchaeological study of these meaningful places.

KEYWORDS: Archaeology, Ethnoarchaeology, Ethno-history, Indian History, Lalima Indigenous land / Miranda / MS.

“AUQUEOLOGIA”

Quando cheguei à Terra Indígena Lalima, em Miranda/MS, no Pantanal (ver figura 1), eu estava interessado em contribuir com a história cultural da ocupação indígena regional. O contexto etnográfico em Lalima é constituído por índios Guaikuru, Terena, kinikinao e Laiana (Cardoso de Oliveira, 1970: 75-77), e, pelo que era sabido até então, o contexto arqueológico era formado por um sítio Guarani (Kashimoto & Martins, 2008: 153, 155). Historicamente, os Guarani abandonaram a região de Miranda no século XVII, e então os Guaikuru e os Guana, entre os quais se incluem os Terena, Kinikinao e Laiana, entre outros, se estabeleceram na região¹. Destarte, visto que já havia um Sítio Guarani em Lalima, e que o contexto etnográfico atual era formado por descendentes dos Guaikuru e dos

Guana, pensei num levantamento arqueológico que buscasse os correlatos materiais da trajetória histórica da ocupação indígena regional. Eu queria demonstrar que Lalima poderia ser compreendida, arqueológica e etnoarqueologicamente, como um palimpsesto da História Indígena regional (Bespalez, 2009).

Em uma reunião um tanto quanto tensa, discutida em outros escritos meus e dos colegas que me acompanhavam, cada qual com os seus próprios objetivos (Bespalez, op. cit.: 169-79; Pouget, 2010; Silva, 2009; Silva et al.: 2010), explicamos o projeto às lideranças indígenas, formadas pelo cacique, o vice-cacique, o conselho tribal, os anciões e o chefe de posto da FUNAI, e pedimos que eles nos indicassem duas pessoas que pudessem nos auxiliar nas atividades de pesquisa.



1- As fontes primárias e secundárias sobre a ocupação indígena regional são relativamente abundantes, de modo que seria inviável citar as referências sem olvidar um ou outro título imprescindível sobre o assunto. Assim, gostaria de remeter os interessados às reflexões e bibliografias contidas nos textos dos seguintes autores: Carvalho (1992), Eremitas de Oliveira (2009) e Gadelha (1980). Em se tratando especificamente da Terra Indígena Lalima, além das duas referências citadas antes desta nota, ver Azanha (2004), Cardoso de Oliveira (1968, 2002), Ferreira (2007), Ribeiro (1980), Taunay (2000) e Von den Steinen (1940).

No dia seguinte, foi-nos apresentado Manoel de Souza Neto, um índio Guaikuru, “filho do lugar” (ver figura 2).

No período em que fomos realizar o projeto de levantamento arqueológico em Lalima, o Manuel fazia parte do conselho tribal.

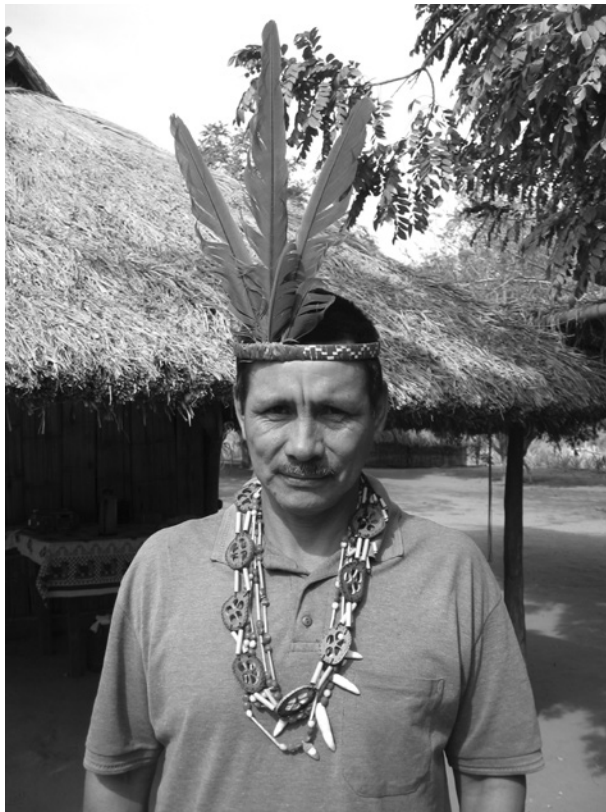


Figura 2: Manoel de Souza Neto, índio Guaikuru, principal colaborador nas pesquisas arqueológicas e etnoarqueológicas na Terra Indígena Lalima

Logo me lembrei, assim que o vi, que o mesmo havia participado da reunião no dia anterior. Reiteramos as explicações sobre o projeto e o Manoel começou a nos auxiliar. A resposta dele às nossas questões foi nos levar até as taperas mais antigas de Lalima e nos contar a história do lugar.

“FOI ANSSIM”

Resumidamente, conforme umas anotações feitas em conjunto com o Manoel, Lalima começou na “Tapera do Pirizar”², com os Guaikuru, os “vô” dele. Os “vô” do Manoel, ou seja, duas tias-avós e o seu avô, eram “purunguero” (pajé). “Lalima” é um termo Guaikuru. Significa “por do sol”. Vem de

2- Daqui em diante, recomendo que a leitura do texto seja acompanhada com a figura 3.

“Lalimagad”, que quer dizer “o sol se põe aqui”.

No tempo do “Pirizar” não tinha muita gente. Só tinha 13 casas. Era só mato. Não tinha estrada, só trilho. Era só “Guaikuruzada”, mas também tinha Tereño, Kinikinao e Laiano, e branco, correntino e paraguaio.

A “Divisa do Lalima” era maior que a “Divisa da FUNAI”. Tinha “marco” na “Baía do Arrozal”, no “Córgo Fundo” e na “Ponta da Mata Grande”. Na “Ponta da Mata Grande” tinha o “marco de vinhático”. Mas os “marco” foram derrubados, com machado, trator, e foram queimados pelos fazendeiros.

“Daí”, a “Santa Rosa” e a “Varge Grande”, duas fazendas que usurparam terras indígenas, avançaram.

O “João da Praia”, que era casado com uma índia, guardava a “Divisa do Lalima”. “Tropelaro

ele” e ele veio pro “Pirizar”

O “Capitão Inocêncio Xavier”, um chefe Guaikuru, demarcou uma área, que é a “Divisa do Inocêncio”. Também “tropelaro ele” e ele foi para a “Campina do Inocêncio”. Morou um tempo por lá, mas adoeceu e morreu.

Também tinha marco na “Divisa do Inocêncio”, mas só sobrou um, que se encontra na “Santa Rosa”. Tinha marco onde tem a “Figueira”, na beira do Miranda, mas a enchente levou. Tinha um onde tem o “Gua-pombeiro”, na “Santa Rosa”, mas o fazendeiro destruiu. No “marco” que sobrou, na “Santa Rosa”, tem escrito um L e um H, que é entendido como a sigla de “Lalimagad”.

Quando veio o SPI, veio gente do “Otro Lado”, principalmente do “Morro Grande” e

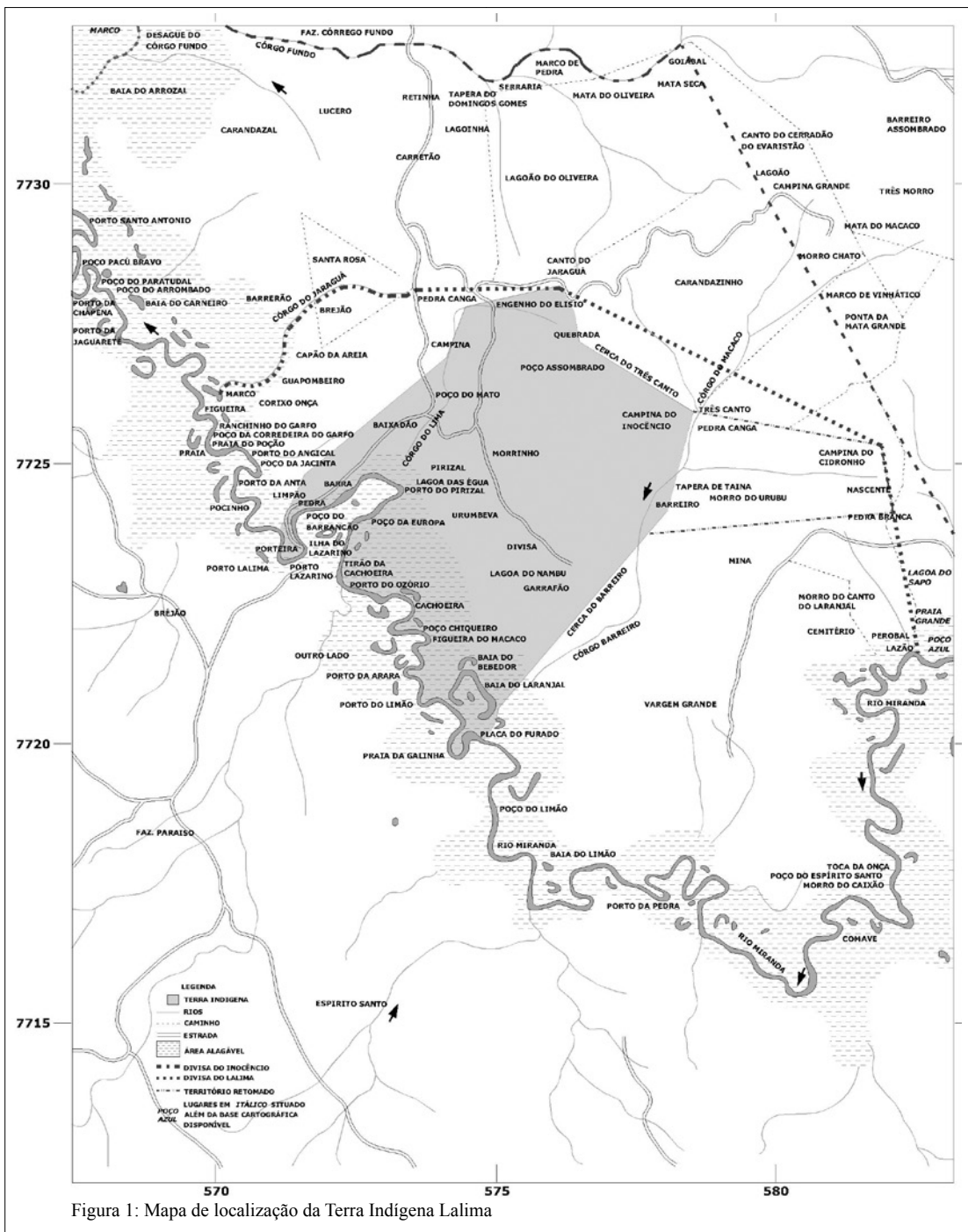


Figura 1: Mapa de localização da Terra Indígena Lalima

da “Fazenda Jaboti”, que foi morar na “Mata do Urumbeva”, na “Tapera do Urumbeva”. São os “Cororo”, que são Tereno, e a turma da “Vovó Nhola”, que são Guaikuru. Eles eram “que nem escravo” dos fazendeiros do “Outro Lado”.

Construíram o “Posto” (do SPI) e a “Igreja” (católica), na “Sede”. Veio mais gente, Terena, Kinikinao, Laiano, que foi morar na “Sede”. “É a turma do Vicentão, do Chefe e do Seu Paulino”, Tereno, Kinikinao e Laiano. Veio também os “Olivera”, que são “correntino”.

Os “Souza”, os Guaikuru mais antigos em Lalima, também se mudaram do “Pirizar”. Foram para “Campina”, depois que a Vicência morreu, uma das tias do Manoel, à qual ora ele chama de tia, ora de vó.

Os Cororó e a turma da “Urumbeva” também mudaram. Foram para a Sede.

O fazendeiro da “Santa Rosa” arrendou 600 hectares da “Divisa do Inocêncio”, em troca de um boi por mês. Ele pagou o arrendamento por um tempo. Cercou e formou o pasto, mas parou de pagar e vendeu a fazenda, com a parte arrendada junto. A “linha” da “Divisa da FUNAI” ficou na cerca que o fazendeiro construiu.

O fazendeiro que comprou também “tomo” uma parte da “Divisa do Inocêncio”, que fica na “Quebrada da cerca do Três Canto”. A “linha” da “Divisa do Inocêncio” vinha reta do “Canto do Jaraguá” direto pro “Três Canto”, não tinha a “Quebrada da cerca”.

O fazendeiro da “Varge” morreu e os filhos dele dividiram a fazenda e venderam. A “linha” ficou no “Córgo do Barrero”, que é a “Divisa da FUNAI”.

O fazendeiro que comprou a “Varge” também “tomo” um pedaço da “Divisa da FUNAI”, por que a “linha” era o “Córgo do Barrero”, mas o fazendeiro passou a cerca reto e “tomo” um pedaço do lado de cá.

Os Pires e os Andrade moravam na “Varge”, mas se mudaram por causa do fazendeiro. Eles foram lá para a “Divisa”, na “Bera do Barreiro”. Lá também tem “Tapera”. É a “Tapera da Divisa”. Depois eles foram para a “Campina”.

O INCRA desapropriou o “Potrero”. O “Potrero” era da “Varge”. Foram os filhos do fazendeiro que venderam depois que ele morreu. Mas os indígenas consideram que o “Potrero” é deles, pois tá dentro da “Divisa do Inocêncio”. Já tinha até gente assentado lá. Então foi feito um movimento para retomar o “Potrero”. Veio o presidente do INCRA e os índios “prendero ele”. Veio FU-

NAI, Polícia Federal, “mais num teve jeito”. Os assentados foram removidos e os indígenas retomaram o “Potrero”.

Geralmente, o Manoel começa suas falas com o advérbio “então”, conecta um fato ao outro com a locução adverbial “daí” e termina com a fórmula “foi ansim”. Ele pausa várias vezes, pensa e fala, e mesmo cansado, nunca deixa uma pergunta sem resposta, mas encerra a conversa antes da próxima pergunta.

Com a convivência, eu soube, pelo próprio Manoel, que ele já havia colaborado antes com pesquisas antropológicas, mas do tipo “aplicada”, encomendadas pela FUNAI. Uma destas pesquisas, inclusive, foi rejeitada pelos índios, mesmo pelo Manoel, devido à desconfiança de que o antropólogo responsável e as próprias lideranças indígenas teriam se mancomunado com os fazendeiros. Ele me contou que muitas das histórias que ele sabia eram histórias das quais ele tinha sido testemunha, mas que muitas outras eram histórias que ele havia “escutado” dos seus “tio”, dos seus “vô” e dos “antigo”. Ele também disse que depois de ser escolhido pelo conselho para nos acompanhar, perguntou ao seu pai e a um tio onde tinha “tapera e caco de pote”. Além disso, por mais circunstancial ou esclarecedor que isso possa parecer, os “vô” dele, os “purunguero” que moravam no “Pirizar”, colaboraram com Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira nas pesquisas que estes antropólogos realizaram, respectivamente, nas décadas de 40 e 50, em Lalima (Cardoso de Oliveira, 2002; Ribeiro, 1980).

“NUM É DIZ QUE”

Dentre os lugares mencionados pelo Manoel, tive a oportunidade de conhecer a “Tapera do Pirizar”, a “Tapera do Urumbeva”, a “Sede”, a “Campina”, a “Divisa da FUNAI”, o “Marco”, a “Figueira” e o “Potrero” (ver figura 4) – de onde pude contemplar a “Campi-

na do Inocência”, situada na vertente oposta, no piemonte do “Morro do Jaraguá”. Simultaneamente, detectamos muitos sítios arqueológicos em Lalima, inclusive o sítio Guarani que havia sido achado antes. Seleccionamos alguns desses sítios para a realização de atividades de coleta em superfície e subsuperfície, analisamos algumas amostras de materiais cerâmicos, datamos dois sítios pelo método do carbono 14 e recolhemos informações etno-históricas com vários colaboradores.

Conforme tornei público em um artigo onde sintetizei os resultados desse levantamento arqueológico (Bespalez, 2010: 119):

“As observações realizadas em campo, as análises cerâmicas e as informações etnográficas de caráter etno-histórico, revelaram a presença de 4 conjuntos de materiais arqueológicos cerâmicos tecnologicamente distintos... Os conjuntos observados foram os seguintes: a) Guarani (cf. La Salvia & Brochado, 1989); b) Tradição Pantanal análogo

à Fase Jacadigo (cf. Schmitz et al., 1998: 226-228); c) Tradição Pantanal análogo aos materiais detectados no sítio MS-CP-25, em Corumbá/MS (idem: 228-229); e d) materiais detectados em sítios arqueológicos históricos relativos à formação do contexto etnográfico atual... Aos conjuntos detectados nos contextos arqueológicos, ainda podem ser somadas as poucas vasilhas confeccionadas com a tecnologia atual dos Terena (conforme Cardoso de Oliveira, 2002: 237), utilizadas em alguns domicílios para armazenar água e como souvenir, o que totalizaria 5 conjuntos de materiais cerâmicos associados à dinâmica histórica da ocupação indígena regional...”

Quanto aos significados desses conjuntos, inferi que os Guarani e os povos portadores da Fase Jacadigo poderiam ser compreendidos como populações agricultoras culturalmente distintas que se estabeleceram na região desde períodos pré-históricos. É importante citar que Schmitz et al.



Figura 4: Potrero, retomada territorial na Terra Indígena Lalima.

(1998: 228), os proponentes da Tradição Pantanal, suspeitaram “...que os sítios da fase Jacadigo sejam recentes, talvez taperas dos pastores Mbayá-Guaicuru do séc. XIX” (sic). Seja como for, essa discussão ainda não terminou, pois apesar da data de 1070 +/- 60 (Beta 238768) obtida em Lalima, ainda são necessárias muitas pesquisas arqueológicas para compreender os significados da Fase Jacadigo.

No que se refere aos conjuntos formados por materiais semelhantes aos do sítio MS-CP-25, os quais apresentam uma tecnologia similar àquela registrada etnograficamente entre os Kadiwéu, e aos materiais associados pelos interlocutores indígenas à história de formação do contexto etnográfico atual, fiz coro com os meus colaboradores, e associei esses conjuntos aos ancestrais dos índios Guaikurú, Terena, Kinikinao e Laiana que ocupam a região de Miranda, inclusive Lalima, desde o período colonial até hoje. Contudo, é importante esclarecer que apesar dos Guaikurú em Lalima se identificarem com os sítios que apresentam fragmentos de vasilhas cerâmicas parecidas com as vasilhas Kadiwéu, pois eles mesmos se reconhecem como “Cadiveu”, eles não têm memórias sobre a ocupação desses sítios. Por outro lado, a história dos sítios identificados por eles como *taperas* é conhecida por praticamente quase todos os velhos, pela maioria dos adultos e também por alguns jovens, principalmente entre aqueles que incorporam o conhecimento necessário para se tornarem caçadores.

Já os sítios Guarani e Jacadigo, geralmente maiores e mais densos, são compreendidos em termos míticos, mágicos e minerais, sendo considerados “enterros”, “guardados” ou “encantados”, onde há ou houve potes cheios de pedras preciosas escondidos no tempo da Guerra do Paraguai, ou como algo de valor, como ouro e diamantes, que os an-

tropólogos, arqueólogos e geólogos buscam para vender e “inchê o bolso” – o que, diga-se de passagem, trata-se de um crime contra eles, semelhante à tomada das suas terras e a exploração dos seus recursos.

Não obstante, entre um ou outro conflito mais dramático, os indígenas não tiveram dificuldades em compreender arqueologia como história indígena. Com efeito, eles somaram à essa concepção uma outra, mais cultural, pois, pelo que se depreende do que foi lido até agora, os registros arqueológicos estão plenamente inseridos na cultura indígena em Lalima. Assim, eles fizeram aquilo que, de uma certa perspectiva antropológica, é o que mais interessa nas questões ameríndias: indigenizaram a arqueologia, propondo uma arqueologia como etno-história (Sahlins, 1997a, 1997b, 2011), mas com uma etno-história no sentido antropológico do termo, ou seja, como uma “etno-historiologia”, uma historicidade particular, discursiva, conceitual, possessiva e êmica, calcada em memórias, identidades, territorialidades e paisagens, e como uma “etno-filosofia da história”, com as concepções sobre o passado voltadas no entendimento do presente e nas transformações do futuro (Viveiros de Castro, 1993: 25, 1999). Um modo próprio de atribuir significado histórico ao lugar, de gerir o patrimônio e de fazer arqueologia (González-Ruibal, 2008; Hodder, 1988: 143; Lane, 2006: 417; Zedeño & Bowser, 2009).

Toda vez que o Manoel achava uma *taperas* e que nós respondíamos que era isso mesmo que nós estávamos procurando, ele concluía para si mesmo e para quem quer que fosse: “então tá provado”. De fato, numa Terra Indígena onde a população cresceu mil por cento em menos de um século, passando de 130 pessoas, em 1919, à 1379, em 2007, e onde o espaço, ao contrário, diminuiu uns 200 hectares, passando de 3600 à 3400 – sendo que destes apenas 3 mil foram

registrados pela FUNAI – nada mais justo que compreender a “auqueologia” como a “prova” de que “num é diz que”, ou seja, que o que é “falado” aconteceu mesmo, “foi assim”, e que, portanto, a reclamação territorial “tá no nosso direito.” *SB*

BIBLIOGRAFIA:

AZANHA, G. 2004. As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul. São Paulo: CTI.

BESPÁLEZ, E. 2009. Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na Aldeia Lalima, Miranda/MS: um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. 2010. Levantamento arqueológico na Aldeia Lalima, Miranda/MS: uma contribuição ao estudo da trajetória histórica da ocupação indígena regional. *Revista de Arqueologia*, 23 (2): 118-43. Sociedade de Arqueologia Brasileira.

CARDOSO de OLIVEIRA, R. 1968. Urbanização e tribalismo. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 1976. Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena. 2. ed. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

_____. 2002. Os diários e suas margens. Brasília: UnB.

CARVALHO, S. M. S. 1992. Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural, suas relações com a bacia da Paraná e o sul mato-grossense. In: Carneiro da Cunha, M. História dos índios no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras: 457-74.

COSTA, M. F. 1999. História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Kosmos.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2009. Arqueologia como história dos Índios no Pantanal. In: Walter Fagundes Morales & Flávia Prado Mói (org.) Cenários regionais em arqueologia brasileira. São Paulo: Annablume. p. 89-120.

FERREIRA, A. C. 2007. Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e Estado brasileiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GADELHA, R. M. A. F. 1980. As missões jesuíticas do Itatin: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais, séc. XVI e XVII. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. 2008. De la etnoarqueología a La arqueología del presente. In: J. S. Bonet et al. (ed.). Mundos tribales: una vision etnoarqueológica. Valência: Museu de Pre-história de Valência.

HODDER, I. 1988. Interpretación en arqueología: corrientes actuales. Barcelona: Crítica.

KASHIMOTO, E. M. & MARTINS, G. R. 2008. A problemática arqueológica da tradição cerâmica Tupiguarani em Mato Grosso do Sul. In: Prous, A. & Lima, T. A. (org.). Os ceramistas Tupiguarani. Brasília: IPHAN.

LANE, P. 2006. Present to past: ethnoarchaeology. In: C. Tilley et al (ed.). Handbook of material culture. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington: SAGE.

LA SALVIA, F. & BROCHADO, J. P. 1989. Cerâmica Guarani. Porto Alegre: Posenato arte e cultura.

POUGET, F. M. C. 2010. Práticas arqueológicas e alteridades indígenas. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnoarqueologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.

RIBEIRO, D. 1980. Kadiwéu. Rio de Janeiro: Vozes.

SAHLINS, M. 1997a. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana*, 3 (1): 41-73.

_____. 1997b. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). *Mana*, 3 (2): 103-150.

_____. 2011. Ilhas de história. 2. ed. São Paulo: Zahar.

SCHMITZ, P. I. et al. 1998. Aterros indígenas no Pantanal de Mato Grosso do Sul. *Pesquisas*, 54 (Série Antropologia). São Leopoldo: UNISINOS.

SILVA, F. A. 2009. Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 19: 205-19.

SILVA, F. A. et al. 2010. Arqueologia em terra indígena: uma reflexão teórico-metodológica sobre as experiências de pesquisa na Aldeia Lalima (MS) e na terra indígena Kaiabi (MT/PA). In: E. Pereira & V. Guapindaia (org.). Arqueologia Amazônica. Belém: MPEG-IPHAN-SECULT, 775-94.

TAUNAY, A. 2000. Os índios do distrito de Miranda. In: Taunay, A. d'E. Ierêcê a Guaná. São Paulo: Iluminuras.

VIVEIROS de CASTRO, E. 1993. Histórias ameríndias. *Novos estudos*, 36: 22-33.

_____. 1999. Etnologia brasileira. In: S. Miceli (org.). O que ler na ciência social brasileira. São Paulo: ANPOCS.

VON den STEINEN, K. 1940. Entre os aborígenes do Brasil Central. São Paulo: Departamento de Cultura.

ZEDEÑO, M. N. & BOWSER, B. J. 2009. The archaeology of the meaningful places. Salt Lake: The University of Utah Press, p. 1-15.